

SUJEITOS E PROCESSOS EDUCATIVOS: OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS (1945-1947)

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar a experiência de educação popular dos Comitês Populares Democráticos, em um momento histórico marcado por um clima de euforia democrática, iniciado com o processo de “redemocratização” de 1945 e que vai até 1947, quando do avanço da Guerra Fria com todas as suas consequências, dentre as quais uma violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas. Nesse contexto do imediato pós-guerra surgem e se ramificam pelo país, com maior intensidade no Rio de Janeiro e em São Paulo, os Comitês Populares Democráticos. Capitaneados pelo PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), desempenham um papel de considerável relevância na mobilização e organização de setores populares daquele momento, em que a cultura e a educação passam a se integrar com mais força ao rol de preocupações dos movimentos populares. Busca-se explicitar o caráter educativo dessa tentativa de organização popular, em que os Comitês Populares Democráticos se constituem em mediadores entre as demandas da população e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas do poder público. Os Comitês Populares Democráticos empreendem, no imediato pós-guerra, uma árdua campanha de alfabetização de adultos, visando não somente ensinar a ler e escrever, mas buscando desenvolver uma série de atividades com o objetivo de dar voz aos setores até então marginalizados da vida política, isto é, fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação popular, cidadania, movimento social, Comitês Populares Democráticos.

Introdução

A temática aqui abordada diz respeito à experiência de educação popular na Baixada Fluminense promovida pelos Comitês Populares Democráticos, tendo por base a análise e o processamento de dados resultantes das pesquisas do autor do presente texto (cf. Pinheiro, 2007 e 2014).¹ O assunto tratado tem relevância por ser muito pouco conhecido, de modo geral, pelos historiadores, em especial dos da educação, sendo abordá-lo enriquecer a história da educação popular no Brasil, ao longo do século XX, com mais um capítulo de lutas das “classes subalternas” – para usar uma expressão gramsciana – e daqueles comprometidos com os interesses e anseios dos explorados e oprimidos na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.²

O recorte temporal compreende o momento histórico marcado por um clima de euforia democrática, iniciado com o processo de “redemocratização” de 1945, no Brasil, e que vai até

¹ As fontes utilizadas nas referidas pesquisas são diversificadas, incluindo periódicos, em particular jornais vinculados ao Partido Comunista, relatórios da polícia e documentos do PCB.

² O conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexos articulador com as demais categorias gramscianas, constitui o referencial teórico para a compreensão dos fenômenos históricos aqui abordados.

1947, quando do avanço da Guerra Fria com todas as suas consequências, dentre as quais uma violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas. Nesse contexto do imediato pós-guerra surgem e se ramificam por diversas cidades brasileiras, com maior intensidade no Rio de Janeiro e em São Paulo, os Comitês Populares Democráticos. Capitaneados pelo PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), desempenham um papel de considerável relevância na mobilização e organização de setores populares daquele momento, em que a cultura e a educação passam a se integrar com mais força ao rol de preocupações dos movimentos populares.

Embora apresentados sem “nenhuma cor partidária”, os Comitês Populares Democráticos representaram o principal meio de ligação entre o PCB e as massas proletárias. Concebidos como instrumentos de luta e defesa pelos direitos imediatos dos trabalhadores e da população em geral, utilizaram-se da ideia-força dos direitos para conquistar na luta cotidiana a hegemonia junto à classe trabalhadora e assegurar as alianças necessárias, entre as “classes nacionais progressistas” do país (o proletariado, o campesinato, as classes médias e a burguesia nacional progressista) para fazer avançar a luta pela “União Nacional”, entendida como o processo de democratização do país (Pinheiro, 2014, pp. 35-42).

A organização dos Comitês Populares se dava, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar junto aos sindicatos, principalmente naqueles nos quais o Partido Comunista não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os comitês não se constituíram apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias profissionais. Houve também a organização por critério de associação para fins diversos. Entre alguns exemplos: o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, Comitê do Ensino Leigo e Comitê de Mulheres Pró-Democracia.

Organizados com base territorial nos bairros, subúrbios, favelas e morros de diversas cidades brasileiras, os Comitês Populares Democráticos se envolviam nos problemas das localidades. Desenvolviavam uma série de atividades “viáveis” que proporcionassem a possibilidade de pequenas vitórias para incitar maior participação dos moradores do local. Para além das reivindicações imediatas, a outra finalidade dos comitês era interessar a população em questões da grande política, abandonando a ação isolada e voltada estritamente para o local e fazendo com que o espaço da ação coletiva de bairro passasse a ser, então, o espaço público ou

a esfera pública, transformando os comitês em canais de participação, de representação e de negociação da população junto às esferas sistêmicas da sociedade civil e da sociedade política.³

Buscou-se dar voz aos setores até então marginalizados no cenário político (os trabalhadores, os desempregados, os jovens e especialmente as donas de casa). A partir das reivindicações que diziam respeito a todos, que por todos fossem sentidas, os Comitês Populares empreendiam a “educação democrática do proletariado”. A posição dos Comitês, no que se refere a “educar o povo”, era de convencer e conscientizar de que existia uma política justa⁴ para alcançar o fim desejado e que, portanto, era preciso cerrar fileiras e obedecer exatamente àquele que empregava tais métodos para alcançar o fim, porque somente quem almejava o fim, almejava também os meios adequados para atingir tal propósito. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos eram entendidos como uma forma de organização popular realizada de baixo para cima. Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, falava da necessidade de organizar o povo

em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros, comitês populares democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidades, de região e de Estado, até a grande União Nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela União Nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas.⁵

Em uma matéria do periódico comunista, afirma-se “dentro dos Comitês Populares o povo aprende a resolver seus problemas”, em que homens e mulheres “de todas as crenças marcham juntos para concretizar suas reivindicações”, entre elas, por “mais higiene, leite e escolas para o Brasil” (*Tribuna Popular*, 11/11/1945, p. 5).

Os Comitês Populares e a educação popular

³ Não obstante suas particularidades internas e de diferentes contextos locais, os Comitês Populares Democráticos, de modo geral, apresentavam mais semelhanças do que diferenças no que se refere às formas de organização. Havia um modelo seguido em conformidade com a “Circular Política no 01” do Secretariado Nacional do PCB, assinada por Roberto Sisson e datada provavelmente no período posterior ao comício de Prestes no Estádio do Pacaembu, em 15/7/1945, e anterior ao golpe de 29/10/1945, que depôs Getúlio Vargas. Cf. “Circular Política no 01”. Fundo DPS, dossiê “Comitê Nacional do PCB”, notação 6, v. 3. Cópia do documento apreendida pelo Exército no Comitê Nacional do PCB a 29/10/1945.

⁴ Leia-se política de “União Nacional”, preconizada pelos comunistas brasileiros. Sobre essa orientação política ver “1945-1947: da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial ao advento da Guerra Fria – O PCB mantém a diretriz de ‘União Nacional’” (Prestes, 2010, cap. IV).

⁵ Discurso de Luiz Carlos Prestes no comício de São Januário, no Rio de Janeiro, em 23/05/1945. Cf. Prestes (s/d., p. 90).

Os Comitês Populares Democráticos realizaram várias atividades culturais e educacionais. De acordo com suas possibilidades e limitações, desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, entre outras atividades.

O carro-chefe dessas atividades era a campanha de alfabetização de adultos. Os cursos de alfabetização se instalavam nas sedes dos Comitês ou, em grande parte, nos cômodos ou quintais cedidos pelos moradores. Era comum, em troca ao gesto solidário desses moradores, a realização de mutirões para melhorar as condições materiais de suas moradias. Voluntários ministravam as aulas. Solicitação de doações de materiais era uma constante na vida dos Comitês.

O programa educacional do PCB, e, conseqüentemente, dos Comitês Populares Democráticos, teve como referência o estudo “A situação do ensino no Brasil” (1945), de autoria de Paschoal Lemme, trabalho redigido a pedido de Luiz Carlos Prestes (LEMME, 2004, v. 4, p. 33).⁶ Nele o autor apresentou um panorama geral da situação do ensino na época, destacando o problema do analfabetismo no Brasil. A ênfase dada à questão da alfabetização de adultos pelos Comitês Populares decorreu da constatação de existir 54,68% de analfabetos na população adulta brasileira, “a partir justamente da idade em que os indivíduos devem participar ativamente da vida econômica e política do País”. O estudo chamou a atenção para a situação não uniforme do problema, visto que ele se apresentava com uma variação bastante grande entre porcentagens extremas dos 17,80% de analfabetos no então Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e dos 77,40% em Alagoas. Porém, o autor afirmou que nem por isso o quadro exposto deixaria de ser menos chocante, porque mesmo a porcentagem mínima registrada na capital do país representava um contingente acima de 200 mil indivíduos, de 18 anos e mais, privados, “iniquamente, aliás, de participar da vida política do País, de acordo com a atual legislação eleitoral” (*idem*, p. 35).

A campanha de alfabetização dos Comitês Populares tinha uma preocupação em formar eleitores, dada a proximidade das eleições de dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar. Entre as tarefas eleitorais atribuídas aos Comitês Populares estavam: 1) Organizar cursos rápidos de alfabetização – para ambos os sexos – de futuros eleitores, sem nenhuma preocupação quanto aos candidatos que os mesmos iriam escolher; 2) Alistar o maior número possível de mulheres; 3) Demonstrar por todos os meios – palestras, impressos, volantes, comícios, propaganda individual, etc. – a natureza secreta do voto. Mostrar

⁶ O trabalho “A situação do ensino no Brasil” pode ser lido em Lemme (2004, v. 4, p. 33-50).

praticamente que seria impossível saber em quem votou o eleitor (*Tribuna Popular*, 3/7/1945, p. 5).⁷

No entanto, as atividades educativas desenvolvidas pelos Comitês não se restringiam às questões eleitorais, tanto que a campanha de alfabetização se manteve ativa no ano posterior, e até mais intensa, assim como outras iniciativas educacionais. Conforme Frida Ciornai, que presidia a Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares do então Distrito Federal:

A campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral; ela é, inegavelmente, uma campanha altamente patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos, pois ensinando a ler às nossas massas populares analfabetas, estaremos lutando pela União Nacional, de que tanto necessita o nosso querido Brasil, e lutando pelo esmagamento total e definitivo dos remanescentes do nazifascismo que ainda existem espalhados pela nossa terra (*Tribuna Popular*, 9/1/1946, p. 5).

Havia uma preocupação em qualificar este eleitorado, torná-lo capaz de identificar entre os candidatos aos postos eletivos “representantes do povo, homens de todas as classes sociais, comunistas ou não, que mereçam a confiança popular”, isto é, garantir a “politização do povo através dos Comitês Populares, única base séria para a nossa política de união nacional e de democratização e progresso”, conforme comunicação de Prestes na instalação do Comitê Nacional do PCB (*idem*, 9/8/1945, p. 6). O trabalho educativo empreendido pelos Comitês estava articulado com o propósito de fazer avançar o processo de democratização da sociedade brasileira, que se iniciara desde o alinhamento do Brasil aos EUA contra as potências do Eixo (CORSI, 2000, p. 274), e esse empreendimento incomodava demasiadamente os setores mais conservadores, como também os liberais agrupados em torno da UDN. O que fora observado no relatório “Problemas de educação no Distrito Federal”, redigido por Paschoal Lemme, entre julho e agosto de 1945, e que afirmara que um

regime democrático só pode ser aquele que se organiza de baixo para cima, “do povo, para o povo, pelo povo”, na síntese magnífica dos seus grandes propugnadores. Não

⁷ A surpreendente votação do PCB nas eleições de 1945, em apenas 15 dias de campanha, foi em grande medida resultado do aparato montado pelos Comitês Populares Democráticos. A mobilização de arregimentação eleitoral foi intensa. Trabalhou-se ativamente para a inscrição de eleitores, com os postos de alistamento eleitoral, e a viabilização para que o maior número possível de pessoas cumprisse o requisito do voto com os cursos de alfabetização. Em cidades com grande concentração operária, o Partido Comunista conquistou importantes vitórias eleitorais. Em dezembro de 1945, o candidato do PCB à presidência da República, Yedo Fiúza, ficou em terceiro lugar, somando mais de 500 mil votos. O Partido tornou-se a quarta maior força política da Assembleia Constituinte de 1946, constituindo uma bancada de um senador e 14 deputados num total de 338 constituintes. Nas eleições realizadas em 19 de janeiro de 1947, o PCB obteve novamente um expressivo resultado eleitoral nas assembleias legislativas de vários estados e conquistando a maior bancada da Câmara Municipal do Distrito Federal.

é pois de estranhar que os Comitês Democráticos Populares já estejam causando graves preocupações aos que, dentro dos velhos moldes, desejam continuar a se servir do povo e não servir ao povo, apresentando-se candidatos a representantes, ao invés de serem por ele apresentados; não deve causar surpresa também a campanha que já vem sendo feita em relação aos Comitês, por certos setores bem conhecidos, com a reedição de certas fórmulas já desmoralizadas de que os Comitês são apenas máscaras de células comunistas (LEMME, 2004, v. 4, p. 52).

As tais fórmulas reeditadas de que fala o texto acima aparecem nas páginas da grande imprensa da época. Evidentemente que qualquer tentativa de organizar as classes populares sobre novas bases, ou seja, em um sistema democrático fundado na soberania popular (democracia como forma política de dominação da maioria) e na plena expansão da cidadania, foi duramente combatida pelas classes dominantes no Brasil. Tanto no campo ideológico, no qual os órgãos de imprensa desempenharam importante papel na propagação das representações anticomunistas, como por meio da repressão, aplicada de diferentes formas, com maior ou menor sutileza, objetivando reprimir os mais combativos e mostrar aos inconformados passivos os riscos contidos em qualquer ensaio de conspirar contra a ordem estabelecida.

Nesse sentido, não deixa de ser interessante o comentário de Austregésilo de Athayde, católico e partidário da UDN, publicado no *Diário da Noite*, em relação à repressão desencadeada sobre os comunistas e os seus simpatizantes aglutinados em torno dos Comitês, na trágica chacina do Largo da Carioca, ocorrida em 23/5/1946. O comentário é o seguinte:

Por que a UDN não chama o povo para ouvir os seus oradores na praça pública? Por que não o chama também o PSD? E que fazem os trabalhistas e a Esquerda Democrática que não se dirigem às massas para arrebatá-las às influências soviéticas? É um tremendo erro transferir à polícia os deveres da ação democrática, pensando que o chanfalho, a cadeia e a tropa de choque destruirão as ansiedades do mundo.⁸

Não obstante as adversidades, os Comitês Populares Democráticos prosseguiram em sua tarefa de desenvolver a “educação democrática do proletariado e do povo em geral”. Conforme afirmava Pedro Motta Lima, no artigo “Uma campanha meritória dos Comitês Populares”, a campanha de alfabetização visava ampliar o alistamento eleitoral, mas também abria “o caminho para a cultura, que nunca vem tarde demais” (*Tribuna Popular*, 20/6/1945, p. 3). Ou, como dizia um dos *slogans* da Campanha de Alfabetização dos Comitês Populares, estampado nas páginas do jornal *Tribuna Popular*, “o progresso do Brasil depende do grau de cultura de seus filhos”.⁹ Em entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, de São Paulo, sobre o problema

⁸ *Apud* “Há medo da democracia”, carta de Matos Pimenta, advogado e jornalista, encaminhada a Luiz Carlos Prestes e aos presidentes da UDN e do PSD. Publicada no jornal *Tribuna Popular*, em 30/5/1946, p. 3.

⁹ Ver também as matérias do jornal *Folha do Povo*, periódico comunista de Recife, Pernambuco.

educacional brasileiro, Luiz Carlos Prestes afirmava que o “progresso está dependendo, em grande parte, da elevação do nível cultural das grandes massas”, destacando a importância da escola primária para atingir esse objetivo, “sem esquecer o campo, merecendo profundo interesse o ensino da zona rural” (*Tribuna Popular*, 6/9/1945, p. 5).

Os objetivos educacionais dos cursos de alfabetização empreendidos pelos Comitês Populares podem ser observados nas palavras de Moisés Xavier de Araújo, autor da cartilha “Chave da leitura (para adultos)”, adotada pelos Comitês do Distrito Federal.

Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. Em todas as oportunidades há sempre, portanto, a mais cordial aproximação entre os alunos e os professores, de modo que o trabalho destes não tenha o caráter de “obra de benemerência”, mas de “cooperação” entre brasileiros que, de um lado, ensinam, e, de outro, aprendem. Trata-se de um trabalho verdadeiramente popular, democrático, humano.

[...]

Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (*Tribuna Popular*, 8/9/1945, p. 6).

Além da alfabetização de adultos, atividades culturais não faltaram nos Comitês Populares. De acordo com suas possibilidades e limitações, desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, festejos diversos, piqueniques, passeios culturais, saraus. Havia também um programa de conferências e palestras realizadas nos Comitês Populares Democráticos. Tal programa objetivava interessar a população em geral nas questões de ordem política, social e econômica, não só de âmbito nacional como internacional.

O trabalho de “educar o povo” desenvolvido pelos Comitês compreendia também mobilizações de conotação política. Além das reivindicações práticas e imediatas para melhoria das condições de vida da população local, constavam, nas atividades dos Comitês, aquelas relacionadas às políticas gerais. Por meios diversos, abaixo-assinados, memoriais, telegramas, comícios, eventos beneficentes, os Comitês Populares se manifestaram em defesa da política de “União Nacional”, pela garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc., pela anistia aos presos políticos, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte (não a “Constituinte com Getúlio”), pela autonomia política municipal – inclusive do Distrito Federal –, pela saída das tropas norte-americanas das bases militares do Nordeste, pelas campanhas de solidariedade

aos povos da Península Ibérica e aos prisioneiros e perseguidos políticos em várias partes do mundo, pelo direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, em solidariedade aos trabalhadores presos nas greves, contra as arbitrariedades da polícia, etc. Não é à toa que a direção do PCB reconheceu os Comitês Populares como “centros de experiências de trabalho prático” (*Boletim Interno*, 23/10/1945).¹⁰ Apesar dos percalços e dos erros cometidos, o PCB empreendeu uma luta árdua para organizar o movimento dos trabalhadores em torno da sua liderança, como também não se furtou em participar das lutas por conquistas de direitos sociais, civis e políticos dos trabalhadores e de outros setores populares.

A proposta educacional capitaneada pelo PCB centrava-se na convicção de que o progresso no setor da educação estaria indissolúvelmente ligado e dependente do desenvolvimento geral da própria sociedade. Nestes termos se colocava o editorial do jornal *Tribuna Popular* (3/7/1945, p. 3), intitulado “Os educadores e a união nacional”, referente à realização do IX Congresso Brasileiro de Educação¹¹:

Num país de enorme atraso econômico e político, como o nosso, a educação, por consequência, não deixa de acusar um baixo nível de crescimento. E seus problemas estão ligados aos problemas mais imediatos da economia, sem o que não será possível desenvolver condições para uma melhor e mais organizada luta contra o analfabetismo, contra o precário ensino secundário, a favor da escola profissional, da criação de universidades populares, da gratuidade e facilidade do ensino primário e superior.

Tal posicionamento é reafirmado por Luiz Carlos Prestes na cerimônia de fundação da Universidade do Povo¹², ocorrida em 29/3/1946, contando com a presença de Paschoal Lemme, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer, como nos relata Jorge Amado, em sua coluna “Hora do Amanhecer”: “Em seu discurso, Prestes, ao louvar a iniciativa, [mostra] quais as grandes dificuldades que a Universidade do Povo e os seus diretores [vão] enfrentar”, uma vez que “as nossas populações vivem na miséria, subalimentadas e tudo as afasta da cultura”, de forma que “o problema da educação está ligado ao problema da democracia e da solução dos problemas

¹⁰ *Boletim Interno*. Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

¹¹ Convocado pela Associação Brasileira de Educação e reunido no Rio de Janeiro de 22 a 28 de junho de 1945, o IX Congresso Brasileiro de Educação contou com a participação ativa de Paschoal Lemme e Moisés Xavier de Araújo. Segundo Paschoal, nesse Congresso “pôde ser realizado, pela primeira vez, um verdadeiro conagraamento de todas as correntes de opinião e de pontos de vista dos educadores brasileiros, sem quaisquer restrições ou discriminações”. Além do relato de Paschoal Lemme, a transcrição dos principais documentos do Congresso encontra-se em Lemme (2004, v. 4, p. 75-97).

¹² A iniciativa de constituição de uma universidade popular, no então Distrito Federal, partiu do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), articulado com os Comitês Populares Democráticos, trabalhadores, intelectuais e artistas, que se aglutinaram em torno do programa mínimo lançado pelo PCB – o que não necessariamente significava uma adesão ao Partido. Para saber mais sobre a Universidade do Povo ver Pinheiro (2014).

econômicos” e, ao mesmo tempo que indica as dificuldades a vencer, Prestes aponta “as perspectivas da grande obra que ela pode realizar” (*Tribuna Popular*, 31/3/1946, p. 3).

Talvez esta frase do então senador Prestes, pronunciada em comício na cidade de Campos (RJ), realizado em 19/5/1946, traduza o sentido da proposta de educação popular dos Comitês Populares e da Universidade do Povo: “Mais forte que as metralhadoras é a consciência política do povo” (*Tribuna Popular*, 22/5/1946, p. 3). A luta para se efetivar ao máximo, ainda na sociedade burguesa, as possibilidades de socialização do conhecimento junto aos homens e às mulheres do povo, “com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes” (Moisés Xavier de Araújo, *Tribuna Popular*, 8/9/1945, p. 6), para “tomar em suas próprias mãos seus problemas mais sentidos para estudá-los e procurar-lhes as soluções que sejam realmente de seu interesse” (LEMME, 2004, v. 4, p. 52). Nesse sentido, o professor Arthur Ramos, em aula inaugural do ano letivo da Universidade do Povo, explica que “não mais se compreende ciência divorciada do povo e nem mais ‘intelectuais’ de gabinete refugiados em sua torre de marfim” (*Tribuna Popular*, 28/1/1947, p. 6).

Conforme afirma Paschoal Lemme, a luta por melhores condições da educação e do ensino é uma das maneiras “de levar educadores, professores, estudantes e o povo em geral a compreenderem justamente que, para conquistarem vitórias significativas nesse setor, é preciso que a luta se torne tão ampla que redundem transformações da sociedade como um todo” (*apud* BRANDÃO, 1999, p. 112). E adverte que “isso não significa ficar esperando as transformações sociais para que, automaticamente, as condições da educação e ensino também se transformem” (*idem*).

Nesse sentido, o Partido Comunista investiu na luta pela hegemonia, a fim de assumir a liderança política no processo de democratização então em curso, buscando agregar o bloco social necessário para o avanço, de modo estável e permanente, das grandes transformações econômicas e sociais exigidas para o país. Por isso, envolveu-se nas lutas sociais daquele momento, que não deixaram de ser derivações, manifestações, desdobramentos específicos das lutas de classes e delas constitutivas. Levando em conta na problemática da relação “lutas de classe” e “lutas sociais”, segundo alguns autores, fundamentalmente da tradição marxista:

Na medida em que as questões específicas em torno das quais se organizam e lutam são entendidas como manifestações variadas da central “questão social” (fundada na contradição capital-trabalho). [...] A centralidade que a questão de classe tem no MPC [Modo de Produção Capitalista], que não elimina a diversidade de questões e formas de discriminação e desigualdade, garante nessa ordem social a potencialidade de

aglutinar todas essas questões em torno de um projeto realmente emancipador (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p 118).

Na medida em que essas diversas “problemáticas” são manifestações, sequelas da “questão social”, ou seja, fundadas na contradição capita-trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do MPC, se autonomizarmos ou isolarmos da “questão social” suas manifestações. Sustentamos, portanto, que, independentemente do grau de conhecimento e imagem que atores e analistas tenham das várias formas de lutas sociais, elas são expressões das lutas de classes (idem, p. 119; grifos dos autores).

Entre estas lutas, destaca-se a experiência de trabalho de organização de setores da sociedade civil na área de educação, com os Comitês Populares Democráticos e a Universidade do Povo. “O ensino no Brasil ainda é um privilégio” constata a reportagem do jornal *Tribuna Popular*, de 10/7/1946 (p. 6), denunciando que o ensino “ainda se rege pelas famosas reformas daquele tempo [Estado Novo], com toda sua não menos famosa nomenclatura”, que não obstante toda “pomposidade terminológica, nada de eficaz essas reformas encerram”. Denuncia também o que chama de “preço proibitivo da cultura”, em que pesa o alto custo do material escolar (livros, cadernos, etc.).

O ativismo da militância comunista nos meios sindicais e nos Comitês Democráticos Populares e o impressionante desempenho eleitoral do PCB nas eleições de 1945 e 1947 transformaram o PCB numa força política em potencial, assustando as classes dominantes, sempre temerosas da participação popular na vida política do país. Diante de tal ameaça e do avanço da Guerra Fria, foram poucas as organizações populares que subsistiram à onda repressiva do governo Dutra. O governo desencadeou violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas. Os Comitês Populares Democráticos, já no ano anterior, transformaram-se em associações de moradores, medida que visava burlar a repressão policial. Apesar das possibilidades de atuação bastante reduzidas, os militantes comunistas continuaram ativos nas comunidades dos bairros de diversas cidades do país e também no meio rural, como demonstravam os relatórios policiais nos anos seguintes.

Considerações finais

Embora o PCB buscasse instrumentalizar os comitês populares democráticos no sentido de seus interesses partidários, os comitês não foram correia de transmissão das orientações emanadas da direção pecebista. Certamente, não seriam o voluntarismo, muito menos o

centralismo orgânico¹³, os ingredientes que levariam a cabo as proposições do PCB para se tornar um partido de massas. O exercício da função hegemônica dos comitês populares deveria ser um progressivo processo de disputa do consenso, não isento de negociações e conflitos, em que vontade e condições objetivas operariam, dialeticamente, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio. Nesse sentido, a militância comunista revelaria grande combatividade e disposição de luta, não em circunstâncias de sua escolha, mas aplicando sua vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes.

Ainda que malgrado o ensaio de movimento de massas empreendido pelo PCB, não se pode menosprezar a importância dos comitês populares democráticos enquanto movimento de organização popular para o fortalecimento da luta por direitos básicos, para o trabalho de desenvolvimento de uma cultura política ancorada em sentimentos e ideias de solidariedade e de ação coletiva em bases não populistas e demagógicas, como também para a inserção dos setores populares no mundo da grande política.

A experiência aqui tratada é um capítulo pouco conhecido na história da educação popular e, como outras experiências, nos dá possibilidade de problematizar questões relacionadas ao caráter educativo dos movimentos sociais, nas dimensões da organização política, da cultura política e da espacial-temporal.

No caso dos Comitês Populares Democráticos, destaca-se a dimensão de organização política deste caráter educativo, com a construção de uma cidadania coletiva, em que “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta leva concomitantemente à organização do grupo” (Gohn, 2009, p. 17). Embora seja um processo conflituoso e tortuoso, com avanços e recuos, os Comitês nas diversas cidades brasileiras, nos anos de 1945 a 1947, vão se constituindo a partir das demandas populares, em que não se espera o cumprimento de promessas, formulam-se táticas e estratégias para a conquista das suas reivindicações. Frente à ausência de uma tradição de participação política popular organizada no Brasil, o movimento representado pelos Comitês Populares Democráticos constituiu uma vivência significativa de organização popular e participação política. O trabalho de educação popular realizado por eles, que não se restringiu unicamente aos cursos de alfabetização, mostrou resultados, ainda que em termos eleitorais, em projetar os comunistas no cenário

¹³ “O chamado ‘centralismo orgânico’ baseia-se no princípio de que um grupo político é selecionado por ‘cooptação’ em torno de um ‘portador infalível da verdade’, de um ‘iluminado pela razão’, que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos ‘pareçam’ não lhes dar razão” (Gramsci, 2002, p. 108).

político. Além do êxito eleitoral do PCB, o trabalho realizado pelos Comitês Populares, procurou captar as possibilidades incipientes de mobilização popular, com base no movimento operário e nos bairros, favelas e morros de diversas cidades brasileiras.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre memórias e as histórias da escola nova no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Lemme, Paschoal. *Memórias de um educador*. Volume 4. 2 ed. Brasília: Inep, 2004.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada* / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/IH/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014. (Tese de Doutorado)

PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, s/d.